



**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE
CONSELHO DELIBERATIVO
SECRETARIA-EXECUTIVA**

**ATA DA 21ª REUNIÃO DO CONDEL, REALIZADA
EM 27 DE JULHO DE 2017, NO MUNICÍPIO DE RECIFE (PE).**



**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE
CONSELHO DELIBERATIVO
SECRETARIA-EXECUTIVA**

ATA DA 21ª (VIGÉSIMA PRIMEIRA) REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERATIVO DA SUDENE, REALIZADA EM 27 DE JULHO DE 2017, NO MUNICÍPIO DE RECIFE (PE).

Aos vinte e sete dias do mês de julho do ano de 2017, às 10h, horário de Brasília, no Instituto Ricardo Brennand em Recife – PE, sob a condução do Presidente do CONDEL, Excelentíssimo Senhor Helder Barbalho, Ministro de Estado da Integração Nacional, teve início a 21ª Reunião Ordinária do CONDEL/SUDENE, com as presenças dos membros Conselheiros, Excelentíssimos (as) Senhores (as): Raul Jungmann, Ministro de Estado da Defesa; Paulo Câmara, Governador do Estado de Pernambuco; Fernando Damata Pimentel, Governador do Estado de Minas Gerais; Luciano Barbosa, Vice-Governador do Estado de Alagoas; Izolda Cela, Vice-Governadora do Estado do Ceará; Carlos Brandão, Vice-Governador do Estado do Maranhão; Marcelo José Almeida das Neves, Superintendente da SUDENE; Marcos Costa Holanda, Presidente do Banco do Nordeste; Eduardo Gonçalves Tabosa Júnior, Confederação Nacional dos Municípios (CNM); José Reis Nogueira de Barros, Associação Brasileira de Municípios (ABM); José Ronaldo de Carvalho, Frente Nacional dos Prefeitos (FNP); Ivan Apóstolo Sobral, Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA); Francisco Valdeci de Sousa Cavalcante, Confederação Nacional do Comércio (CNC); Manoel Cândido da Costa, Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG); Carlos Felipe Freesz, Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio (CNTC); Waldson Dias de Souza, autoridade convidada, representante do Governo do Estado da Paraíba; Antônio Alberto Valença, autoridade convidada, representante do Governo do Estado da Bahia, além de Parlamentares e demais autoridades presentes da área de atuação da SUDENE e Brasília. A Reunião contou também com a presença dos Diretores e Assessores da SUDENE; Diretores e Assessores do Banco do Nordeste, e de Assessores do Ministério da Integração Nacional. Inicialmente, o Mestre de Cerimônia passou a palavra ao Excelentíssimo Senhor Helder Barbalho, Ministro da Integração Nacional, que saudou nominalmente todos os Conselheiros presentes, agradecendo ao Governador Paulo Câmara pela acolhida da reunião em seu Estado; cumprimentou o Superintendente da SUDENE, Senhor Marcelo Neves, desejando continuidade de sucesso à sua gestão, “estendo as congratulações a todos os colaboradores e colaboradoras da Autarquia de desenvolvimento e [inaudível] para a Região Nordeste e regiões do Norte de Minas Gerais e do Espírito Santo”. Congratulou o Ministro da Defesa, Raul Julgmann, devido à oportunidade de discutir assuntos de interesse da defesa do Brasil. Fez referência à Secretária de Fundos Regionais e Incentivos Fiscais do Ministério da Integração, senhora Cilene Glória e registrou os agradecimentos à equipe do senhor Irani Ramos, que coordenou o grupo de trabalho de revisão das áreas de abrangência do Semiárido Brasileiro. Continuando, cumprimentou o Senhor Ricardo Brennand, elogiando e agradecendo pela guarida de mais uma reunião, a 21ª reunião do CONDEL no Instituto, “local belíssimo e de grande importância cultural do país”. Dando início aos trabalhos, passou a palavra ao Secretário Executivo do Condel,



**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE
CONSELHO DELIBERATIVO
SECRETARIA-EXECUTIVA**

Superintendente Marcelo Neves, para que o mesmo pudesse iniciar a apreciação e as deliberações da pauta, começando com a dispensa de leitura da Ata da 20ª reunião do Condel/Sudene. Com a palavra, o superintendente agradeceu a presença de todos os Conselheiros, Governadores, Vice-Governadores, Secretários, Parlamentares, inclusive ao Ministro pelo apoio para realização de mais esse encontro. Destacou que o Condel é um resgate importante das discussões de políticas públicas para a área da Sudene que não é apenas o Nordeste, mas, também, o Norte e Vales do Mucuri e Jequitinhonha do estado de Minas Gerais e o Norte do estado do Espírito Santo. Registrou que a Sudene completou 58 anos desde que o mineiro Juscelino Kubitschek decidiu criar a entidade “que muito ajudou no desenvolvimento do Nordeste”. Disse que durante a semana haveria a mudança física da instituição Sudene para a nova sede, saindo do antigo prédio que é “um prédio simbólico, belíssimo, um prédio histórico, mas que, infelizmente, o prédio não tinha mais condições do ponto de vista, inclusive, de segurança para que nós lá continuássemos”. Ressaltou que a sede nova, tem todas as condições para o funcionamento da Autarquia, atendimento ao público, além de reduzir em 50% as despesas que existiam no prédio antigo e que isso, só foi possível, com o apoio do Ministério da Integração, principalmente, com o apoio da pessoa do Ministro. Em seguida, passou a discutir efetivamente a pauta. Primeiro item da pauta, com respeito à leitura da ata anterior, a qual o Ministro solicitou dispensar sua leitura, no sentido que já era de conhecimento e acessível a todos os Conselheiros. Desta forma, em discussão a ata da 20ª reunião do Condel da Sudene, não havendo quem quisesse discutir, foi aprovada. Nesse momento, o Ministro facultou a palavra ao Governador do estado anfitrião, Paulo Câmara, explicando que ao término da reunião, a palavra estaria aberta aos conselheiros que a desejassem. O Governador Paulo Câmara, após cumprimentar todos os conselheiros e autoridades presentes, agradeceu ao Instituto Ricardo Brennand, por sediar tão importante reunião. Falou da necessidade de todos colaborarem com a pauta que é fundamental para o Brasil que enfrenta períodos difíceis, que “a Sudene tem o papel de ajudar o país voltar a crescer, voltar a gerar emprego, gerar renda, a partir dos seus fundos constitucional e de desenvolvimento, a partir da sua integração e a possibilidade do crédito para empresas e vejo, claramente, que a referida pauta tem uma discussão importante para o futuro do Brasil, envolvendo energias renováveis, ações na área da defesa, que é uma área também, que todos têm acompanhado, com muita preocupação, a violência nos nossos estados, nos municípios, e a necessidade de uma integração nacional na busca da defesa para um país mais protegido”. Desta forma, na reunião “serão discutidas ações fundamentais que vão desde o pequeno agricultor nas regiões mais pobres dos estados aqui representados, mas também ações de desenvolvimento, ações que podem ser importantes para ajudar o Brasil na retomada do crescimento”, agradeceu ao Ministro Hélder, ao Ministro Raul Jungmann, e que cada representante do Conselho “delibere ações importantes para o desenvolvimento da Região Nordeste e dos demais estados que fazem parte da Sudene”. Agradecendo ao Governador, o Ministro passou a palavra ao Superintendente da Sudene e sugeriu que, devido aos itens seguintes da pauta serem assemelhados, fosse feita uma discussão geral. A apreciação e deliberação da Proposição que trata dos ajustes nas diretrizes prioridades para o FDNE e FNE no exercício 2017, objetivando um apoio a projetos de reaproveitamento de resíduos sólidos, inclusive produção de energia, e



**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE
CONSELHO DELIBERATIVO
SECRETARIA-EXECUTIVA**

projetos de seguimentos da indústria de defesa, comercialização de armas, no caso o FDNE, somente, e geração, transmissão e distribuição de energia. Foi solicitado pelo Ministro Raul Jungmann, primeiramente, a discussão sobre a indústria de defesa. Com a palavra, o Ministro Jungmann saudou nominalmente todos os presentes e justificou a inversão da pauta a seu pedido. Explicou que sua proposta destaca a possibilidade do Fundo Constitucional do Nordeste (FNE) poder apoiar e financiar a indústria de defesa. Falou de parâmetros como o PIB quando a indústria de defesa representa 3,7% do produto interno bruto do país, representam 60 mil empregos diretos, 240 empregos indiretos, explicou que os dados são da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) e que, em 2014 teve um faturamento de R\$ 202 bilhões. Fora isso, complementou que a base industrial de defesa, tem a média salarial alta e agrega extraordinária importância para o Nordeste, enfatizou ser forte em ciência, tecnologia e inovação e essencial e decisiva para a soberania do país. Continuou, afirmando que o Ministério da Defesa tem o 4º maior orçamento da república, de aproximadamente de R\$ 96 bilhões, também informou que seu Ministério tem uma vasta carteira de projetos e, através da decisão a ser tomada pelo Conselho Deliberativo, estará abrindo as portas para que a indústria se desloque para o Nordeste, que hoje, tradicionalmente, encontra-se concentrada nas regiões sul e sudeste. Essa indústria no mundo se encontra em expansão e tem um faturamento global, na ordem de R\$ 3,5 a 4 trilhões de Reais, informou ainda que toda e qualquer inovação que seja conquistada para o meio militar tem grande capacidade de transbordamento para a sociedade, elevando os níveis de produtividade, exemplificando que a internet foi concebida para fins militares, e hoje se transformou em plataforma tecnológica que mudou as vidas das pessoas, assim então “trazer para a região a instalação dessa indústria, será essencial para o Nordeste, claro que precisamos apoiar a indústria tradicional e outras indústrias, mas de fato abrir as portas para que haja essa descentralização da indústria de defesa”. Acrescentou que depois de 15 anos, conseguiram a primeira linha de financiamento do BNDES. Finalizou, solicitando ao Conselho Deliberativo que aprovasse essa Proposição, lembrando também, neste caso, os produtos de defesa, desde uniformes, satélite, veículo não tripulado, avião, navio, radar, de uma infinidade de produtos que tem a ver com ciência, tecnologia, emprego e capacidade de arrecadação. De volta com a palavra, o Ministro da Integração, agradeceu ao Ministro Jungmann e sugeriu colocar em votação os itens 1.2 e 1.3, que se referem ao FDNE e o item 1.3 ao FNE, no que diz respeito especificamente à defesa, posteriormente, eu colocaria as demais áreas para que eventualmente possam ser discutidas. Não havendo quem quisesse discutir colocou em votação os itens 1.2 e 1.3 referentes à indústria da defesa, aprovados. O Ministro Jungmann agradeceu a votação histórica. Prosseguindo com a pauta, o Presidente do Condel, colocou em discussão o item 1.2, no que diz respeito ao reaproveitamento de resíduos sólidos, tratamento de resíduos sólidos, entrou em votação e não houve questionamento, sendo assim foi aprovado. Em seguida o item 1.3, assemelhado ao item 1.2, no que diz respeito ao reaproveitamento de resíduos sólidos para produção de energia como também aos projetos de geração, transmissão e distribuição de energia. Colocado em discussão e votação, foi aprovado. Para o item seguinte da pauta, item 1.4, foi concedida a palavra ao Secretário Executivo e Superintendente da Sudene, Marcelo Neves, que explicou se tratar da análise dos relatórios e avaliação dos resultados e impactos do FNE 2016 e,



**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE
CONSELHO DELIBERATIVO
SECRETARIA-EXECUTIVA**

conjuntamente, incluiu o pedido de autorização para o encaminhamento dessa documentação às comissões que tratam das desigualdades interregionais de desenvolvimento da Câmara dos Deputados e do Senado Federal e à Comissão Mista permanente que trata do parágrafo 1º, no Artigo nº166 da Constituição Federal, em cumprimento ao que estabelece os parágrafos 4 e 5 do Artigo nº20 da lei 7.827/89. O Presidente do Banco do Nordeste solicitou a palavra. Cumprimentou a todos os presentes e justificou o quanto é importante ressaltar a importância dos fundos constitucionais do Brasil, principalmente o FNE, destacou que em 2016 foram aplicados na região R\$ 11,2 bilhões dos quais 63% foram destinados às micro e pequenas empresas. Informou que o desempenho, em termos de volume, caiu 2% em relação a 2015, porém, se comparado ao desempenho das aplicações do BNDES no Nordeste, em 2016, estes caíram em 60%, o que demonstra que o BNB, com o Fundo Constitucional do Nordeste, garantiu o crédito em longo prazo, o que causa impacto à região Nordeste, gerando renda bruta agregada de R\$ 23 bilhões, com o número de empregos na ordem de 900 mil. Finalizou, dizendo que “os fundos constitucionais tentam reverter uma situação de desequilíbrio regional; no relatório mostramos impactos reais através do fundo e mostramos mais uma vez a importância da sua preservação e do seu fortalecimento”. O Ministro agradeceu sua intervenção e, não havendo quem quisesse discutir, colocou em votação, item 1.4, foi aprovado e passou a palavra para o Superintendente Marcelo Neves para discorrer sobre o item 1.5. O Superintendente Marcelo Neves disse que o item 1.5, tratava da dimensão espacial e do porte para empreendimentos financiados com recursos do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste. O item 1.5 foi para a discussão e não houve discussão, sendo aprovado. O Ministro Hélder Barbalho colocou o item 1.6 em pauta. O Secretário do Condel, Superintendente Marcelo Neves descreveu sobre o item 1.6, que diz respeito apreciação e deliberação da Proposição que tratava da revisão dos critérios técnicos para delimitação do Semiárido. Lembrou que a ideia da Resolução aconteceu, justamente, por conta de uma decisão do Ministro Hélder Barbalho que, por meio de Portaria, reinstalou o grupo de trabalho criado em 2014, para atualização dos critérios técnicos necessários à delimitação da área comprometida pela região do Semiárido. Informou que participaram do grupo várias entidades, entre elas a Codevasf, a ANA, o Ministério da Integração, Sudene, e foi feita uma Proposição que, sendo aprovada, se transformará em Resolução e permanecerá até o próximo estudo de delimitação do Semiárido que acontecerá no ano de 2021, informou. O Ministro Hélder Barbalho sugeriu, ao Superintendente, que a referida discussão aconteça depois de apresentação preparada pelo grupo de trabalho para melhor elucidar o debate e prosseguiu com a pauta, colocando em discussão o item 1.7. Este item tratou de moção para apoio à consolidação da Rede Palma. O Secretário, Marcelo Neves, comentou que por meio da decisão do colegiado da Sudene, foi constituída a rede Palma, com o objetivo promover a cultura da palma forrageira, no sentido de gerar estudos e pesquisas e, até, a possibilidade de linhas de financiamento via FNE, quiçá do FDNE, desde dos seus tratos culturais à mecanização da sua lavoura e de políticas públicas federais que possam ser adotadas para incentivar e pesquisar todo seu aproveitamento. Feito isso, ele pediu apoio ao Conselho para que a Resolução fosse aprovada. Não havendo quem quisesse discutir, o Ministro Hélder Barbalho considerou o item 1.7 aprovado. Como a apresentação para o item 1.6 ainda não estava disponível,



**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE
CONSELHO DELIBERATIVO
SECRETARIA-EXECUTIVA**

deu prosseguimento à reunião com a extrapauta, item 2.1, e devolveu a palavra ao Secretário do Condel. O Superintendente Marcelo Neves explicou que o item 2.1 estava como extrapauta por não ter tido a possibilidade de ser apreciado pelo Comitê Técnico, mas, que era um assunto anteriormente discutido na Sudene e na Secretaria de Fundos do Ministério da Integração Nacional. Informou que o item 2.1 dizia respeito ao financiamento através da linha crédito, para Capital de Giro e também sobre o FNE Inovação. O Ministro colocou item 2.1 em discussão e passou a palavra ao Presidente do Banco do Nordeste, Marcos Costa Holanda, que destacou ser importante que o Banco do Nordeste pudesse ampliar sua capacidade de apoiar todo o setor produtivo do Nordeste, principalmente a questão do capital de giro, pois permitirá que todo parque industrial, comercial, turístico e agrícola, que são atualmente financiados pelo Banco continuassem operando. O Presidente do BNB concluiu dizendo que a Proposição é apenas para ampliar o conceito de inovação que permitirá ao Banco do Nordeste, a partir do FNE, oferecer taxas diferenciadas dentro do próprio Fundo. Ministro Hélder Barbalho colocou em discussão o item 2.1 e, não havendo quem quisesse discutir, colocou-o em votação. O item foi aprovado e o Ministro dá continuidade aos assuntos de ordem geral, o item 3, iniciando-se pelo item 3.1. De volta com a palavra, o Superintendente Marcelo Neves relatou que o item 3.1 tratava das formalidades também referentes à documentação apresentada pelo Banco do Nordeste como comprovação do cumprimento das determinações contidas no artigo 2º da Resolução do Condel nº102, de 11/12/2016, que aprovou as atualizações pedidas no programa de aplicação do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), para o exercício de 2016, mostrando que os ajustes foram efetivamente realizados. Com a palavra Marcos Costa Holanda, Presidente do BNB, afirmou que foram feitos ajustes normais que aconteciam todos os anos, em função do fluxo de recursos, tanto novos como de reembolso do Fundo. Colocado em discussão e votação o item 3.1 foi aprovado. Com a palavra o Ministro voltou a o item 1.6, sobre a delimitação do Semiárido, e sugeriu que o assessor do Ministério da Integração Nacional (MI), Irani Braga Ramos, falasse rapidamente sobre todas as discussões e reuniões que antecederam ao Condel, que abordou a revisão dos critérios técnicos para a atualização da região do Semiárido. O Ministro frisou que a revisão dos critérios na 21ª reunião do Condel ampliaria a edição, ou seja, permitiria a adição de novos municípios na região do Semiárido brasileiro e que não haveria qualquer exclusão de cidades que por ventura já se encontrem no Semiárido. O Ministro passou a palavra ao representante Irani Braga Ramos. Após seus cumprimentos, explicou que o trabalho se deu em 2014 a partir de uma portaria do então Ministro da Integração Nacional, Francisco Teixeira, que formou um grupo de trabalho (GT) formado pelo Ministério da Integração Nacional, Sudene, Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e da Parnaíba (Codevasf), Ministério do Meio Ambiente, Agência Nacional de Águas (ANA), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, Instituto Nacional de Meteorologia (INMET), Ministério da Agricultura, Banco do Nordeste e Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden). Irani Ramos falou que foi um trabalho técnico bastante extenso que rematou um relatório com mais de 400 páginas e que foi



**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE
CONSELHO DELIBERATIVO
SECRETARIA-EXECUTIVA**

aprovado por unanimidade dentro do GT; foi revisada a proposta de 2005 com os três critérios na época: índice de aridez menor ou igual a 0,5; pluviometria menor ou igual a 800 mm e déficit hídrico maior ou igual a 60%. O grupo estudou estes critérios e concluiu que ainda estariam válidos. Os estudos foram feitos na área de atuação da Sudene, que resultaram em 379 municípios para serem incluídos do Semiárido. O representante do Ministério da Integração afirmou que o padrão é reconhecido pela Organização das Nações Unidas (ONU) e que a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) indicou, como principal indicador para aridez, a pluviometria, que é um indicador histórico principalmente a partir de 1989 e, incluiria no Semiárido, 945 municípios, sendo que, boa parte (379) estariam cobertos pela pluviometria, e por fim o déficit hídrico que foi acrescido em 2005 e avaliaram que continuava válido, o que acrescentaria 1004 municípios, totalizando 1067 municípios, que seria uma redução do Semiárido. No entanto, o corpo técnico também foi unânime ao avaliar as recomendações da organização meteorológica mundial, no sentido de que, as revisões de ambientes climáticos deveriam ser feitas com séries históricas, de pelo menos 30 anos. Isso significou que deveria ter acontecido uma revisão em 2011 com os dados até 2010, e que outra revisão deverá ser realizada em 2021, com os dados até 2020. Fez duas observações: a primeira que outros critérios foram sugeridos por algumas instituições do GT, como por exemplo, que todo o bioma da caatinga fosse inserido na região semiárida, porém, não se chegou a uma resolução consensual, houve ainda outros critérios e decidiram que fariam parte da próxima revisão da delimitação da região. A segunda observação foi com relação ao impacto, caso a Resolução fosse aprovada como o número de municípios que passaria de 1135 para 1189, crescendo em torno de 4,8%. A área do Semiárido crescerá, assim, 6%, a população 4,5% e o PIB, a participação do FNE e a participação do FPN nos municípios que são abrangidos por esta área, subiriam em torno de 3,5 a 4,5%. O representante do Ministério da Integração Nacional Irani Braga Ramos agradeceu ao Ministro Hélder Barbalho e lhe passou a palavra. O Ministro Hélder Barbalho agradeceu à equipe técnica do conjunto de órgãos do Governo Federal e dos governos estaduais e municipais. O Ministro reiterou que a 21ª reunião do Condel não discutiria a retirada de nenhum município da região do Semiárido, e que esse é um assunto que deveria ser debatido de maneira muito equilibrada. O Ministro registrou, preventivamente, que os critérios que foram utilizados e as razões pelas quais a delimitação do Semiárido está sendo reinserida na pauta não seriam encerrados na 21ª reunião do Condel, pelo contrário, teria início, e muito provavelmente, acompanharia as próximas reuniões do conselho deliberativo da Sudene. O Ministro coloca o item 1.6 em discussão e, nesse momento, passou a palavra ao governador do Estado de Minas Gerais, Fernando Pimentel. O governador Fernando Pimentel saudou nominalmente todos os presentes e afirmou estar mais confortável após a fala do Ministro Hélder Barbalho, no que diz respeito a não exclusão de qualquer município do mapa do Semiárido, e sugeriu ao Ministro que a Resolução 1.6 não fosse votada na 21ª reunião, e sim na próxima, para que os novos critérios levantados, pelo GT, ficassem mais esclarecidos. O governador Fernando Pimentel justificou a sua sugestão, dizendo que os prefeitos dos municípios que podem ser excluídos futuramente estão preocupados, pois, caso haja a aplicação desses critérios, com a revisão que acontecerá em 2021, o número de municípios do Semiárido reduziria de 1135 para



**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE
CONSELHO DELIBERATIVO
SECRETARIA-EXECUTIVA**

1067, ocasionando uma perda de 68 municípios. Fernando Pimentel afirmou que, no caso de Minas Gerais, a preocupação é ainda mais alarmante, pois dos 68 municípios passivos a exclusão, 50 se encontram no seu Estado. O governador terminou sua discussão reiterando o pedido de um maior prazo para uma contribuição de redação mais precisa sobre os novos critérios. O Ministro Hélder Barbalho considerou legítima a preocupação do governador de Minas Gerais, mas afirmou ser de extrema importância a celeridade da aprovação do item 1.6. O Ministro propôs a retirada do artigo 3º da Proposição nº 105/2017, que se referia à avaliação de 2021, e a partir de então, a cada década, dos critérios técnicos e científicos utilizados para a delimitação do Semiárido. O Ministro Hélder Barbalho informou que, caso seja necessária uma eventual revisão desta decisão, a mesma deverá acontecer nas próximas edições do Condel da Sudene. O governador Fernando Pimentel explicou que o parágrafo 2º do artigo 1º, que também menciona a revisão, necessitasse ser revisto ou retirado. O Ministro Hélder Barbalho acatou as duas observações realizadas pelo governador e passou a palavra para a vice-governadora do Estado do Ceará, Izolda Cela para dar continuidade à discussão. A vice-governadora Izolda Cela, cumprimentou todos os membros do Conselho e se referiu às questões da pobreza e da desigualdade que atinge os municípios do Semiárido, reafirmando então a importância da revisão proposta pelo governador Fernando Pimentel. O Ministro considerou seu questionamento e afirmou que os estados poderão apresentar à Sudene recursos a delimitação proposta no relatório no prazo de 60 dias a partir da publicação da Resolução aprovada pelo Conselho Deliberativo da Autarquia. Hélder Barbalho passou a palavra ao vice-governador do Maranhão, Carlos Brandão que após seus cumprimentos explicou que a inclusão da Proposição nº 105 no artigo 2º é bastante importante para o Maranhão, pois o estado não possui nenhum município no Semiárido. O governador afirmou que o Maranhão possui vários estudos que comprovam que 15 municípios se enquadram nos critérios da Organização das Nações Unidas (ONU) no que diz respeito à aridez. Carlos Brandão também alegou que dos 150 municípios mais pobres da região, 30 se encontram no seu estado, e por isso, a inclusão destes municípios na Proposição é de extrema relevância para o Maranhão. O governador concluiu dizendo que, após a aprovação da Resolução, o estado submeterá os estudos para avaliação técnica para que haja a possibilidade de inclusão desses municípios na região do Semiárido. O Ministro Hélder Barbalho agradeceu ao governador do Maranhão e passou a palavra ao Secretário de Planejamento, Orçamento e Gestão do Estado da Paraíba, Waldson de Souza. O Secretário afirmou que é preciso realizar uma correção na delimitação do Semiárido paraibano, tendo em vista a situação hídrica desta região. O Ministro passou a palavra para o representante da Confederação Nacional dos Municípios que saudou todos os presentes e parabenizou o Ministro Hélder pela disposição de colocar esse assunto na pauta da reunião, pois, desde 2014, encontrava-se em discussão. Explicou que, apesar da CNM concordar com a análise técnica, a pressão dos senhores Prefeitos era grande, visto que na região do Semiárido, mesmo com o déficit hídrico, existem várias benesses para aqueles Municípios que fazem parte, porém destacou que os critérios colocados, são os mesmos e que não se pode modificá-los. Mas, quis fazer o registro que os governos se encontram realizando grandes esforços para equilibrar a questão do déficit hídrico. Falou da importância do Fórum Mundial da Água que vai ser sediado no Nordeste e, exemplificou que no estado



**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE
CONSELHO DELIBERATIVO
SECRETARIA-EXECUTIVA**

existe município em estado de emergência por excesso de água e em menos de 100 km pela falta de água. Destacou que seria preciso também aumentar os mecanismos para garantir água e cogitou usar os recursos para a distribuição em carros pipas para a dessalinização e que a Embrapa estaria bem adiantada com pesquisas e, conseqüentemente, com a utilização da água dessalinizada. Finalizou colocando que “não há perda, porque nenhum dos municípios irá sair e sim novos irão entrar na região semiárida, porém me solidarizo com os municípios mineiros por não terem sido contemplados”. O representante da CONTAG, Manoel Cândido, solicitou a palavra. Iniciou fazendo os devidos cumprimentos; ressaltou que a nova delimitação do Semiárido deveria ser feita com urgência devido às secas dos últimos sete anos consecutivos e por esta razão a necessidade que se tem de mais políticas, mais programas sociais, finalizou fazendo o apelo pela inclusão de mais municípios na região e que essa Proposição seja aprovada o mais rápido possível. Aproveitou para informar que a Confederação que representa (CONTAG) encaminhou uma moção de apoio a operacionalização do Pronaf com o objetivo de conseguir mais recursos para uma linha específica do Pronaf e garantir melhor condição de crédito para a agricultura familiar em todo Nordeste. Continuando fez um apelo para que na próxima reunião do Conselho o assunto entre em pauta. Com a palavra o Ministro, Presidente do Condell agradeceu a manifestação da CONTAG e deliberou ao Secretário-Executivo, Marcelo Neves, que pedisse as áreas técnicas para apreciarem a referida moção e dessem agilização aos seus despachos no sentido de permitir a inclusão na pauta da próxima reunião. Em seguida passou a palavra a Associação Brasileira de Municípios (ABM). Após seus cumprimentos, o representante da ABM solicitou que na Proposição fosse suprimida a palavra delimitação, como consta no caput, e “deixar apenas inclusão de novos municípios do Semiárido”, acrescentando que, da mesma forma, fosse também colocado no corpo da Resolução, a criação de um grupo de trabalho para criação de outro critério técnico científico dentro da vulnerabilidade social. Finalizou, sugerindo que a próxima reunião do Conselho Deliberativo da Sudene fosse realizada em seu estado, Minas Gerais. Com a palavra, o Superintendente da Sudene, explicou a impossibilidade de ser retirada a palavra “delimitação” por estar contemplada na Lei Complementar de criação da Sudene. Colocou que dentro do prazo recursal serão observados todos os estudos e critérios, como também no período do grupo de trabalho; a questão dos índices, indicadores sociais, inclusive, com ampliação, dos mesmos benefícios do Semiárido, que poderão ser estendidos para áreas de vulnerabilidade social, exemplificou. O Ministro Helder repassou a palavra ao Governador de Alagoas, que saudou todos os presentes. Parabenizou o Ministro pela iniciativa arrojada de propor a inclusão de mais municípios no Semiárido, que se enquadram verdadeiramente como uma região semiárida, permaneçam de fora de políticas compensatórias, “sendo necessário que esses municípios sejam incluídos, acho extremamente justo”. Falou da vulnerabilidade social como índice vergonhoso na região Nordeste. Concordou em fazer essa inclusão no momento e mais adiante através de uma revisão, desde que o município se enquadre nos três (03) critérios, rapidamente seriam incluídos e assim sucessivamente outros que pleiteassem da mesma forma. O Ministro agradeceu e continuando em discussão, e não havendo mais demanda de conselheiros para discutir, perguntou se representantes do Congresso Nacional, Senador Pimentel e Deputado Aníbal, desejariam manifestar-se.



**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE
CONSELHO DELIBERATIVO
SECRETARIA-EXECUTIVA**

O deputado Aníbal Gomes parabenizou o Ministro Hélder Barbalho pela importância que ele deu ao tema. O deputado afirmou que o estado do Ceará necessitava da inclusão de 32 municípios na nova delimitação, quando só existiam 15 e perguntou qual a previsão para o novo encontro do Condel para que os pedidos de revisão sejam realizados. O Ministro Hélder Barbalho afirmou ser de grande importância à fala do Deputado Aníbal Gomes assim como a fala do Senador José Pimentel. O ministro disse que pelo artigo 2º, parágrafo 2º, a Sudene terá 180 dias para dar as respostas a partir da publicação da Resolução do Condel para responder as solicitações. Continuando, o Ministro registrou que o Conselho Monetário Nacional já se posicionou a respeito da renegociação das dívidas até dezembro de 2016 e que então se iniciará um novo prazo de renegociação para área de abrangência da Sudene no que diz respeito a área de abrangência das políticas do FNE. O Ministro sugeriu então a antecipação do prazo de 180 para 120 dias, para que pudesse haver uma convergência e que não gerasse por decurso de prazo de 60 dias viesse a gerar um impeditivo para que os habitantes dos novos municípios fossem impedidos de receber os benefícios. Hélder Barbalho colocou então o item 1.6 em votação com nova redação de 120 dias. A Proposição foi aprovada Proposição nº105/ 2017 com o ajuste redacional e com ajuste no artigo 2º parágrafo 2º, sugestão do deputado Aníbal Gomes e, com o ajuste do artigo 3º, conforme solicitação do governador Fernando Pimentel. O Ministro Hélder Barbalho agradece a todos e solicitou um breve encerramento da reunião. O Vice Governador do Maranhão sugeriu que as próximas reuniões do Condel fossem realizadas em outros estados, assim como as da Sudam. O Ministro Hélder Barbalho acolheu a sugestão do vice-governador do Maranhão e fez rapidamente uma votação. O estado da Paraíba foi escolhido para sediar o evento do Condel em sua próxima edição. Holanda, Presidente do BNB, agradeceu pela aprovação da Resolução 4.591 de 25/07. O Ministro Hélder Barbalho agradeceu a presença e o prestígio de todos. Agradeceu nominalmente ao governador do estado de Pernambuco Paulo Câmara pelo acolhimento, aos governadores, vice-governadores, e a vice-governadora, aos colaboradores da Sudene, aos demais conselheiros presentes e ao Dr. Ricardo Brennand pelo acolhimento. Dando como encerrada a reunião, o Secretário-Executivo do CONDEL solicitou que fosse lavrada a presente Ata e que, depois de aprovada, será assinada por ele, Superintendente Marcelo Neves, Secretário-Executivo do CONDEL e pelo Ministro Helder Barbalho, Presidente do Conselho Deliberativo da SUDENE. As discussões e as apresentações proferidas estão, gravadas e disponíveis aos Conselheiros. O registro de presença dos Conselheiros constitui parte integrante desta Ata.

Helder Barbalho
Ministro de Estado do Ministério da Integração Nacional
Presidente

Marcelo Neves
Superintendente da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
Secretário-Executivo

ORIGINAL ASSINADO